

16ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

02 de março de 2010 – 9:30 horas

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 49ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 02 de fevereiro de 2010;
- II. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre o Projeto de Implantação da Brinquedoteca Ambiental e Sala Verde no Parque Santo Dias (processo de nº 2010 - 0.021.666 - 3);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de serviços especializados para avaliação e manutenção do poço tubular existente e execução de novo poço tubular no Parque Anhanguera (Processo nº 2010 - 0.016.668 - 2);
- III. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 07 de números: 159, 160, 162 163, 165 ao 175.

Anexos:

ATA da 49ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 02 de fevereiro de 2010;

Parecer da Comissão de Avaliação Técnica / CAV sobre o Processo 2010 - 0.021.666 - 3;

Parecer da Comissão de Avaliação Técnica / CAV sobre o Processo 2010 - 0.016.668 - 2;

Pareceres dos projetos concorrentes ao Edital FEMA 07 dos projetos de número 159, 160, 162 163, 165 ao 175.

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas, nós vamos dando início a **"16º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, do dia 02 de março de 2010", aqui na UMAPAZ.** O secretário teve um compromisso de agenda e não pode estar presente, está se desculpando por isso, e qualquer eventualidade em relação a necessidade do voto do presidente ou do chefe de gabinete, nós postergamos a decisão ou para hoje ou para a próxima vez, para que eles possam estar ponderando nas situações que forem necessárias. Nós vamos começar então com a aprovação da "Ata da 49º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 02 de fevereiro de 2010".

Cons. Mônica Borba: Eu só queria perguntar uma coisinha, na questão de organização, eu fiquei muito interessada no que aconteceu na reunião passada, nos resultados, o que foi aprovado e o que não foi aprovado, eu queria saber como é que eu posso... eu até trouxe essa planilha de controle dos projetos que estão sendo aprovados.

Coordenadora Helena Magozo: Então, você pode ter a posição junto a nós, junto ao DPP, e depois na transcrição vai ter, mas a transcrição demora um tempo, então você pode estar nos consultando.

Cons. Mônica Borba: Na minha opinião,

Coordenadora Helena Magozo: Aqui nós não temos os elementos, se nós estivéssemos na Secretaria nós subiríamos,mas nós precisamos transferir a reunião por conta da sala estar sendo usada para inspeção veicular, mas nós te informamos sem problemas.

Cons. Mônica Borba: É que eu queria manter atualizado, se eu puder entregar para alguém.

Coordenadora Helena Magozo: Está bem ,Monica, pede ou nós informamos, você telefona, não tem problema. Em relação a ordem do dia. Vamos primeiro votar a Ata, as pessoas que são favoráveis a aprovação da "Ata da 49º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 02 de fevereiro de 2010", levantem a mão. Então a **"Ata da 49º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 02 de fevereiro de 2010", está aprovada por unanimidade.** Sugestões de inclusões na pauta? Então vamos para a ordem do dia, o 1º ponto previsto, nós tivemos um imprevisto que o administrador do Parque Santo Dias, o Clodoaldo estaria presente até para apresentar o projeto, e estaria presente para qualquer esclarecimento, e ele teve um impedimento, então nós vamos estar transferindo essa deliberação, eu queria falar para vocês que tem sido um esforço grande de nós estarmos conversando com os administradores dos Parques para que eles pensem em projetos para estarem apresentando, e como é pioneiro o projeto do Santos Dias, é o primeiro de administrador de parque que chega, então eu estou achando importante que ele esteja aqui e que estimule os outros administradores a apresentarem projetos. Então o segundo ponto é "Apreciação e deliberação sobre contratação de serviços especializados para avaliação e manutenção do posto tubular existente e execução do novo posto tubular no Parque Anhanguera, processo 2010 016 668 2", agora nós vamos para a leitura do parecer técnico da CAV. Nós estamos com a presença do Ramiro aqui, Ramiro você está aí a disposição, você quer falar alguma coisa?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Então dependendo do que os conselheiros colocarem, então Ramiro, a conselheira Mônica entende que é um subsídio importante a apresentação, todos concordam? Então vamos para a apresentação do Ramiro.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Não, o Ramiro não é... O Santo Dias ficou para uma próxima vez, o Ramiro ele é do DEPAVE- 1, do Departamento de Projetos da Secretaria, e ele está na equipe que cuida da parte lá de Perus, do Centro Oeste, ele é arquiteto.

Ramiro: Bom dia, eu sou o Ramiro, sou do DEPAVE 1, Secretaria do Verde, a contratação ao posto que foi comentado, na verdade ela faz parte de um contexto um pouco maior, que são os novos projetos que tem no Parque Anhanguera que estão em desenvolvimento, alguns já estão sendo executados, outros já estão em fase de projeto e planejamento, esse em específico da rede de abastecimento de água, então só uma contextualização, tem os limites do Parque e as áreas em ***, ou seja, *** de animais silvestres que é o hospital veterinário, o viveiro de mudas arbóreas que passou pelo Conselho faz pouco tempo, uma escola de marcenaria que está em licitação em SIURB, projeto para área de visitação pública que precisa passar por reformas e tem também uma ampliação dos equipamentos e uma reforma geral dessa área, aqui seria um outro trecho, esse trecho é um trecho que nós estamos estudando e vendo as possibilidades de ampliação. O processo geral, com essas novas intervenções, então com o conceito geral, essas novas intervenções, todas nós estamos tentando colocar o máximo que nós conseguimos em termos de sustentabilidade, então nesses projetos em andamento que eu já citei, também tem o sistema de tratamento sanitário do CRAS, que passou o mês passado, pelo CONFEMA também e esses projetos em desenvolvimento eles tem a reforma, a pavimentação de infraestrutura da Via Maria Trindade que leva até o viveiro e até o hospital veterinário e essa nova rede de abastecimento de água, porque com um objetivo tem, com esses novos projetos a rede atual está precária, então dentro desses objetivos nós temos que fazer essa revisão do sistema em vista do crescimento da demanda e desses novos pontos de consumo que estão sendo criados, não existe redes de abastecimento, tem um poço cartesiano que é o único que abastece todo o parque, nós estamos buscando, até faz parte de uma... Eu fiquei sabendo, faz uns 20 dias, existe uma comissão interna da secretaria para economia e reuso de água nos parques, então nós nos inserimos também como uma das possibilidades que se coloca para essa admissão do consumo e também do gasto com a conta de água que é uma situação que acontece nos parques e que ainda mais um parque com uma série de equipamentos, se tivesse uma rede da SABESP, além de levar a rede da SABESP, o consumo mensal seria uma conta bastante considerada, então conseguir uma auto suficiência nessa captação de água seria um fator bem importante, ter essa eficiência na redistribuição, então tentar rever não só, existe uma possibilidade de só simplesmente reformar, mas acho que é importante rever desde o princípio considerando agora nova contextualização, então se tiver que dividir em duas partes, criar novas fontes de captação, uma automatização do sistema que atualmente está precária, você tem que ir até bomba ligar, vai até a outra, e desliga e vê se mudou o nível, então a automatização e instalação de equipamentos de redutores de consumo, enfim é todo um projeto... Essa é a rede atual, tem um poço, abastece então o outro reservatório, essa parte do hospital veterinário, tem um reservatório que por gravidade chega até a área de visitação, essa rede que está mostrando aqui, até aqui mais ou menos uns 4 km, então é um projeto de grandes

proporções, e o ideal seria talvez criar uma captação de água próximo a essa área de visitação existente, poder diminuir essas distâncias e talvez ter o sistema duplo onde você possa ter durante a manutenção ou algum problema, você possa ter uma outra possibilidade. Então dentro dessa situação, na verdade existe uma subdivisão também, porque são projetos específicos, então dentro do projeto da nova rede de abastecimento do Parque Anhanguera teria um processo que seria avaliação e manutenção do poço tubular existente e execução de novo poço tubular no Parque Anhanguera, então seria a definição das formas de captação da água e qual a qualidade da água captada e o outro seria o projeto do novo sistema, que seria essa contratação de projeto executivo completo para implantação de nova rede de abastecimento de água no Parque Anhanguera. A justificativa eu já havia adiantado um pouco, mas existe essa precariedade do sistema, alguns pontos de consumo estão contaminados, amanhã na verdade surgiu uma parceria também com COVISA, para talvez fazer um levantamento desses pontos de água, falta de manutenção periódica, então isso também, as vezes essa contaminação é por uma falta de manutenção, não necessariamente porque tem algum contribuinte, ainda mais se em um poço profundo, um poço tubular, você não tem contaminação de uma fossa próxima, uma coisa mais pontual mesmo. Tem o problema de um colapso de estruturas, então esse poço tubular, reservatórios e tubulações estão em péssimo estado, o poço até sofreu recentemente, cedeu uma parte, tem uma foto para ilustrar e essa limitação da rede atual, então previsão do aumento de demanda, ampliação da área de visitação e implantação de novos equipamentos, teria que ser feito uma revisão as alternativas e a captação visando essa auto-suficiência de captação de água e eficiência na distribuição dos recursos diminuindo também, não só gastos com a água, mas você acaba economizando em gastos energéticos, distribuição por gravidade, enfim. Como são serviços específicos, tem essa impossibilidade de unificar as contratações, então por isso essa subdivisão e que é importante explicar o contexto porque o imposto por si só é sustentável, mas se você pensa nele dentro de reforma e ampliação e as possibilidades de transformar o Parque Anhanguera, e deixar ele como um modelo de eficiência, eu acho que fica um pouco mais fácil de entender. Esse é o poço e isso é uma foto do final de janeiro, então na verdade não afetou o poço em si, mas por algum motivo das chuvas, eu não sei se teve um vazamento, cedeu uma parte, então é uma situação bem urgente, dá para ver que também precisa de uma manutenção básica nele para essa contratação específica do poço, o projeto da rede seria um outro processo que ainda está em desenvolvimento, contratando empresas, seria um pouco mais para frente até porque ele depende do resultado dessa contratação e do poço para saber quais são as fontes e com isso poder projetar quais são as formas de distribuição, enfim. Para essa contratação então da avaliação e manutenção do poço tubular existente, a execução de um novo poço tubular do Parque Anhanguera, que seriam 04 etapas:

1º Essa avaliação da rede hidráulica existente, então tem esse tubo de vazão de um córrego próximo ao viveiro, que na contratação do viveiro foi indicado a equipe que precisava ser feita uma avaliação técnica e ter um parecer técnico de qual a possibilidade de uso dessa água, o DECONT já faz uma avaliação da qualidade da água que seria incluída no processo junto com o processo da contratação de projeto, mas a vazão seria um fator a mais para poder saber quanto ou se pode ser retirado a capital dessa água para uso para irrigação, específico para irrigação, seria a possibilidade de uso, existem uma série de análises físico-químicos bacteriológicas de potabilidade da água, que seriam feitos em diversos pontos do Parque e dentro do posto tubular, essa parceria talvez que surja com a COVISA é uma coisa que ainda está sendo avaliada o quanto que eles podem

e quais tipos de avaliação, e quais tipos de testes eles podem fazer, então na verdade surgiu depois desse processo e nós vamos enfim trabalhar junto para não ter uma sobreposição nisso.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: Desculpa? A coordenadoria, eu acho que da vigilância sanitária, da Secretaria da Saúde e tem uma equipe na verdade do gabinete que está fazendo esse contato com eles para que não seja só avaliado desse Parque, mas tem outros 10 parques que entrariam nesse projeto, aí tem a manutenção do posto tubular, então tem uma série de serviços que estão explicados no processo tanto de manutenção básica, limpeza, quanto testes de vazão porque um poço há 15, 20 anos, talvez não tenha sido feito uma manutenção adequada, você precisa saber se a vazão que falaram que retirava na época se ela ainda é atual e entra isso como um dado de projeto para o próximo processo. Aí tem uma outorga de execução de um novo poço tubular, então tem que ser feito uma... Desculpe, eu pulei, antes disso teria o estudo geofísico, para indicação de ponto de perfuração de um novo poço tubular, então achar um local indicado nunca é garantido que vai ter água, mas você tem formas de aumentar essa precisão na hora de fazer uma perfuração e para isso precisa de uma outorga de execução, depois mais para frente uma vez isso terminado você precisa de uma outorga de uso, mas isso seria em um outro processo e a execução do poço tubular em si, uma vez a outorga você executa o poço, realiza os testes, avalia qual é a capacidade deles de prover água, e uma nova contratação seria feita a instalação dele e a compatibilização, o projeto, enfim, o orçamento referencial foi feito através de pesquisa mercadológica, é um serviço que não está nas tabelas de SIURB e de EDIF que nós costumamos usar, foi feito uma média aritmética das propostas apresentadas e esse orçamento foi orçado em R\$ 110.120,84 e inclui todos os serviços que eu citei de avaliação da rede, manutenção do poço, outorga de execução e execução do poço tubular. A previsão do cronograma seria de 60 dias corridos, que seria o suficiente para realizar todos esses serviços, os encaminhamentos então dessa contratação, a previsão para o recebimento seria por volta de agosto agora de 2010, compatibilizando o final desse resultado nós já vamos estar, antes desse resultado nós conseguimos encaminhar a contratação, mas ele só vai poder ter a ordem de início dada uma vez completada em Agosto, então nós devemos receber a contratação do projeto executivo, desse projeto para nova rede de abastecimento de água do Parque em Novembro de 2010 também, e aí tem que se estudar as formas de contratação de projeto dependendo da urgência, dependendo dos resultados, se faz uma contratação separada de específica para esse poço poder abastecer ou se faz uma contratação geral do projeto da rede de abastecimento de água do parque como um todo, de uma vez só. Eu acho que é isso, se tiver alguma pergunta, por favor. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou passar agora para leitura do parecer técnico da CAV.

Segue abaixo o parecer técnico sobre a proposta apresentada pelo DEPAVE 1 para utilização de recursos da dotação do FEMA, créditos de carbono referente ao processo de N° 2010 0016 6682.

Proposta: Contratação de serviços especializados para avaliação e manutenção do posto tubular existente e execução de novo posto tubular no Parque Anhanguera.

Proponente: SVMA DEPAVE 1.

Valor total Previsto: R\$ 110.120,84. (Orçamento Referencial).

Análise e Avaliação da Proposta: Resumo da proposta, a presente proposta faz parte de uma série de intervenções relativas a reformas, manutenção e implantação de uma nova rede de abastecimento de água para o Parque Anhanguera, a contratação dos serviços especializados apresentada nesse projeto, visa avaliar os pontos de fornecimento de águas existentes, a execução de serviços de manutenção do poço tubular existente, a análise de potabilidade de água no poço tubular dos reservatórios, e pontos de consumo existentes no parque e perfuração de um novo poço tubular:

1-Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal de meio ambiente e do sistema nacional de meio ambiente, SISNAMA, na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos estabelecidos pelo CADES: A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14 887 de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que determina explicitamente que os recursos especial do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinam-se precipuamente a apoiar entre outros a manutenção e melhoria/e ou recuperação da qualidade ambiental.

2-Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas: Segundo a resolução 133, CADES 2010 de 20 de janeiro de 2010, que trata da diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA nos termos do artigo 8º, inciso 1º do decreto 41713 de 25/02/2002, observamos que a presente proposta se enquadra na diretriz referente a expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e na diretriz água.

3-Análise técnica da proposta: A justificativa técnica da proposta está fundamentada na precariedade do atual sistema e na limitação da rede atual em vista do crescimento da demanda com a implantação de novos equipamentos e ampliação da área de visitação, com isso espera-se criar alternativas da captação de água do poço tubular existente, visando a auto suficiência da captação de água e maior eficiência na distribuição dos recursos, diminuindo gastos energéticos de manutenção, o sistema permitirá também a ampliação dos equipamentos funcionais existentes no parque e a implantação de práticas e posturas modelo com soluções de projeto e práticas em obras e gestão mais próximas do ideal de sustentabilidade sócio ambiental e economia de recursos que vem se tornando não só desejáveis como essenciais na reforma e implantação de edificações e parques.

4-Análise econômica e orçamentária da proposta: Por envolver a contratação de serviços muito específicos, envolvendo também serviços e materiais que não constam nas tabelas de SIURB e EDIF, optou-se no projeto por compor um orçamento de referências seguindo valores de mercado, para isso fez se a tomada de preços de 3 empresas especializadas com base no memorial descritivo elaborado por DEPAVE, após o recebimento das propostas adotou-se a média aritmética dos orçamentos apresentados pelas empresas para compor o orçamento referencial de licitação, obtém-se o valor de R\$ 110.120,84 com base na data de 02 de fevereiro de 2010.

Conclusão: Consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA e a CAV entende que está garantida a

viabilidade técnica e financeira do projeto. Está aberto para o posicionamento dos conselheiros e conselheiras.

Cons. Mônica Borba: Posso só fazer uma observação? É interessante o projeto como um todo, a recuperação das áreas e tal, e eu fico vendo um monte de gente no viveiro, um monte de gente trabalhando com as plantas, com a marcenaria, onde todo mundo almoça, como que é a visão de sustentabilidade dentro dessa questão da alimentação, de como que as pessoas se locomovem, se esses resíduos, eu não sei, eu queria acho que talvez na próxima vez que nós formos aprovar, nós chegarmos na questão, porque eu acho assim, alimentação é a base, da outra vez eu lembro que tinha bastante gente lá no Centro de Animais, onde que todo mundo se alimenta e como que é a visão da secretaria para a questão da alimentação e da sustentabilidade nesse modelo de exemplo que nós estamos querendo montar, eu queria entender para onde está indo essas concepções.

Ramiro: Na verdade, seria como você mesmo disse uma proposta que nós estamos desenvolvendo ainda e que seria melhor trabalhada, melhor explicada dentro desse projeto de ampliação do parque, então dessa área de visitação e dentro de cada um dos equipamentos. Então não é bem isso que foi perguntado, mas existe em cada um dos núcleos, cada um dos equipamentos, existem áreas tanto para convivência que as pessoas possam trazer e tem um lugar para ficar e para almoçar, na ampliação do parque foi previsto, já existe até um memorando, um requerimento para um restaurante, uma lanchonete que possa atender dos fins de semana aos usuários em geral, mas durante a semana, possa também atender aos funcionários, a secretaria que ali trabalham e que vai aumentar muito o número de funcionários trabalhando na região do parque e que eles não tenham que se deslocar até Perus que é o que acontece agora, que isso é uma situação nenhum pouco sustentável se você for ver em questão de deslocamento e tudo mais. Dentro de cada um dos equipamentos, então eu posso dizer, o viveiro está em projeto, existem determinações, existem pedidos, mas eu não sei explicar exatamente, até porque eu não fiz parte desse desenvolvimento especificamente nessa questão, porque é um viveiro de mudas arbóreas, então não sei se existiria uma produção também de alimentos no local, eu sei que para o hospital veterinário, existe uma produção de... Isso com certeza está sendo pensado na verdade, não é em um projeto nosso da parte de obras, mas do DEPAVE Fauna, que seria responsável pela gestão desse hospital, existe a produção, pelo menos dos alimentos que vão ser produzidos, que vão ser alimentados os animais que ali eles vão ficar e isso existe, para a parte de consumo humano eu não sei em qual específico, qual detalhado, isso está sendo trabalhado.

Coordenadora Helena Magozo: Não especificamente nesse projeto, mas eu acho que cabe como uma lembrança e uma recomendação de que com esse aumento de fluxo de pessoas se pense nessa questão, eu acho que ainda não chegou, não se tem um conhecimento mais profundo disso, porque agora tem que se prever até isso mesmo, não precisa esperar acontecer, mas de já se pensar, eu acho que de alguma forma a administração do parque pode puxar uma conversa conjunta dos equipamentos para não ficar limitada a cada equipamento, estar pensando nessa questão da alimentação também, de maneira que possa ser resolvida de uma maneira mais conjunta e sustentável.

Cons. Mônica Borba: É porque agora que na Secretaria nós temos um Departamento de Agricultura Urbana, que está atuando muito na região dos Mananciais para fazer um fomento a agricultura orgânica, eu acho que é importante que se tenha um parque desse

tamanho do outro lado da cidade e que realmente, eu fui conselheira durante alguns anos no Parque Vila Lobos, as pessoas vão ao parque, mas as coisas que vendem dentro do parque não tem nada a ver com a proposta do parque e assim como não existe a legislação para você fazer os seus orçamentos, na área de alimentação, licitação de empresas desse tipo, também não existe nada, mas eu acho que nós temos que nesses lugares que nós estamos chamando centros de referência, nós temos que firmar sim o que as pessoas tem que se alimentar, o que é saudável, o que não é, tirar, excesso de embalagens está fora. Sabe a não, porque nós temos que ir ao mercado, mas é o único lugar que nós podemos mudar a regra e são nesses espaços públicos, de orientar realmente, então eu acho importante nesse momento vocês estarem conversando com o pessoal, até para estimular em Editais essa coisa do fomento da alimentação saudável ou quem são os produtores ali da região, porque você não vai trazer da zona sul para a zona oeste alimento, não tem condição, não dá para ir. Então é um pouco nesse sentido que eu acho que é importante começar a pensar.

Rose da SEMPLA: Eu queria só fazer uma sugestão, que nós poderíamos também usar e a Helena conhece muito bem, que é o pessoal do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, que trabalha com a vertente que fica especificamente lá perto do Mercado Municipal, a Roseli que é presidente do conselho, ela é doutora na área de Meio Ambiente e Saúde. Então eu acho que nós poderíamos usar a expertise que eles tem e introduzir, e aí nós fazemos mesmo a questão ambiental na transversalidade dentro da Prefeitura, eu acho que fica bem bacana pedir a contribuição, não sei do conselho inteiro, mas dela especificamente, que ela tem experiência na área.

Ramiro: Eu agradeço as colocações e eu acho importante sim colocar na pauta e ser desenvolvido, eu acho que tem que partir de quem está fazendo o projeto buscar essas parcerias, mas é preciso também que se tenha uma conversa entre as secretarias, entre todos esses órgãos, porque se tem uma especificidade talvez de gestão então em uma licitação, eu por exemplo dentro de DEPAVE estaria responsável pelo projeto do restaurante e das condições para que tenha talvez um espaço diferenciado para uma produção mais orgânica ou na questão nesse sentido de projeto, a parte de gestão acho que tem que ser colocado, tem que ser sugerido, mas tem que haver essa coordenação para que na hora de uma licitação sim sejam restringidos ou sejam impostas algumas condições ,estimuladas propostas entre essas coordenações, entre essas secretarias.

Regina: Representante das Universidades do CADES. Eu por experiência própria, os poços nós temos que manter sim com uma manutenção, porque o tipo de contaminação é muito grande, mesmo nessas áreas e você as vezes pode ter um enriquecimento de cálcio, que é uma contaminação tão ruim quanto qualquer outra coisa. Então realmente tem que se pensar, não só nesse poço que existe, mas nesse poço que vai ser feito em ter um contrato de manutenção ou já montar um trabalho de fiscalização, porque essa contaminação é muito comum, mesmo em poços bastante profundos na cidade de São Paulo e isso é muito comum, por experiência própria de trabalho, algumas dessas empresas eu também não sei se é o caso que a Prefeitura possa aceitar essa parceria, mas para nós já várias empresas se propõem a fazer esses poços e ter um período de venda dessa água, porque essa água você vai pagar o esgoto de qualquer jeito para a SABESP, a SABESP costuma controlar esse uso de água do poço, por exemplo se você consumiu 1.000 litros a SABESP vai te cobrar 1.000 litros de esgoto, porém essas empresas costumam ter um preço muito inferior em consumo da água, então eu não sei

se algumas dessas empresas propôs de fazer esse trabalho inclusive dessa manutenção mensal, porque realmente é uma coisa que tem que ter uma atenção, não adianta nós abrimos o poço e você ver como ficou, e as vezes nós estamos consumindo uma água que na época do estudo era potável e com o passar do tempo não é mais, então tem que ter uma especial atenção com isso mesmo.

Coordenadora Helena Magozo: Reforçando o que a Regina falou, tem uma questão que é esse ponto 0, tem uma outra questão que é um contrato contínuo que o DEPAVE vai providenciar e tem que providenciar para manutenção desse poço que não caberia inclusive a esse CONFEMA, viu Mônica, um comentário que você havia feito que não caberia ao FEMA, não caberia ao FEMA, esse contrato por exemplo de manutenção contínua, isso é despesa que tem que estar no orçamento da secretaria e isso que você falou é importante. No caso nós não temos a presença da SABESP, a outorga deve ser do DAEE, que é o responsável por dar outorga em poços profundos, nós não temos a questão de esgoto, porque normalmente, por exemplo em um condomínio quando ele pede a outorga do DAE tendo atendimento da SABESP como a Regina falou, paga esgoto, lá no caso é diferente, porque é uma área praticamente rural, até nesse ponto nós temos um pouco mais de garantia dessa questão de um certo controle na contaminação, que a contaminação profunda aparece em áreas que tem o histórico industrial, lá é uma área que é muito grande e que desse ponto de vista temos uma expectativa mais segura de não haver contaminação profunda, mas há uma dificuldade que surge com a proposta de vender, quando você pensa isso no poder público é uma outra questão, é um complicador muito grande, então realmente nós temos que contratar o serviço e lá não teria o pagamento de esgoto porque não tem a rede da SABESP ainda lá, que é diferente quando você faz um poço em área que é atendida pela SABESP.

Ramiro: E também não teria o pagamento talvez para o DAEE que em geral cobra, mas cobra no caso de ser encaminhado para SABESP, e se você tem um tratamento local, pode infiltrar de novo essa água no solo que seria o caso, então na verdade eles não importam muito, se demora 01 ano, 05 anos, ou as vezes dependendo da quantidade do poço pode demorar 50 anos para essa área infiltrar de novo para chegar no ponto de captação, se você está fechando esse ciclo, existem perdas por evaporação, enfim, mas se você fecha esse ciclo, essa outorga onerosa da água acaba também não acontecendo, então eles fazem uma permissão e nós temos essa outra questão de tratar os efluentes localmente, enfim, para essas contaminações, essa avaliação tanto da manutenção quanto do próprio projeto da nova rede precisaria ser feito também uma vez sabendo que tipo de água está se tratando, instalação de filtros e que possam ser eliminados talvez os resíduos de cálcio, enfim.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, Ramiro. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Apreciação e Deliberação sobre contratação de serviços especializados para avaliação e manutenção do poço tubular existente e execução de novo poço tubular no Parque Anhanguera, processo nº 2010 00016 6682", levantem a mão. Então o **projeto "Apreciação e Deliberação sobre contratação de serviços especializados para avaliação e manutenção do poço tubular existente e execução de novo poço tubular no Parque Anhanguera, processo nº 2010 00016 6682" está aprovado por unanimidade.** Obrigada Ramiro, até a próxima. Então agora nós vamos passar para "Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos ao financiamento pelo Edital FEMA Nº 07". Nós vamos iniciar por

alguns projetos que ainda restaram da ultima vez quando nós tivemos a necessidade de saída de um conselheiro e nós não tivemos mais quorum para deliberação, então o 159 ao 163, estão nessa condição, porque nós procedemos então na ultima vez, só para quem não estava presente para explicar, aí nós procedemos primeiro a deliberação dos projetos recomendados, depois nós demos início e avançamos bastante nos não recomendados, mas esses 04 projetos não foram deliberados, então nós vamos começar com eles.

Projeto 159: "Temas Transversais"

Instituição Proponente: Associação Cultural Maurício Alves.

Duração do Projeto: 06 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.988,60.

Valor de Contrapartida: R\$ 11.998,70.

Valor Total: R\$ 119.987,30.

Objetivo Geral: Compreender e aplicar a noção desenvolvimento sustentável na prática educativa e incentivar a compreensão dos perigos físicos, biológicos e sociais que enfrentam o planeta Terra, comprometer-se com a questão do Meio Ambiente interagindo com a comunidade local, sensibilizar a comunidade da importância do Meio Ambiente para a vida no planeta, compreender a gravidade dos problemas ambientais e de urgentes sugestões para a sua solução, reconhecer e conscientizar-se da necessidade de preservar a natureza para a melhoria da qualidade de vida, reconhecer a importância da natureza em nossas vidas, identificar os aspectos negativos que prejudicam a natureza, reconhecer e aplicar os diversos cuidados que devemos ter com a natureza, desenvolver a criatividade e a imaginação, desenvolver e praticar o amor a natureza como verdadeiro cidadão, promover o empoderamento da comunidade alvo, desenvolver atividades que permitam reflexão sobre a relação homem, ambiente e seres vivos. Então esse objetivo geral é sempre o que é colocado pela entidade, só para esclarecer.

Síntese da Avaliação: O projeto não atende aos requisitos do FEMA 07, o valor horas/educadores está muito acima do valor da hora/palestrante UMAPAZ, cujo máximo é de R\$ 100,00 para doutores, na proposta o engenheiro civil com mestrado receberia um valor/hora de R\$ 600,00, para biólogo é previsto um valor/hora de 360,00, o projeto não informa o tamanho do público a ser beneficiado e atendida, o texto do projeto é idêntico a de 05 outros projetos já citados em avaliação anterior, números 91, 92, 93, 94 e 95, eles todos tem os mesmos títulos só mudam o nome da entidade, todos chamam "Temas Transversais", apenas mudando a entidade proponente, além disso a equipe técnica é a mesma em todos os projetos e 46% do orçamento é destinado a pagamentos de serviços de pessoas jurídicas, isso sugere que a proposta foi gerada por terceiros. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Está aberto para o posicionamento dos conselheiros.

Cons. Mônica Borba: Olha, eu fico bem chocada com essa máfia montadinha aqui, como o pessoal está bem articulado e eu acho que essas instituições deveriam receber uma carta explicando, eu queria até entender quando não é aprovado o projeto só vai para o diário oficial e nada mais é feito, é isso.

Coordenadora Helena Magozo: Vai para as entidades quando não foram aprovados.

Cons. Mônica Borba: Eu acho que esse pessoal tinha que receber uma carta de cartão vermelho, porque eu acho isso uma vergonha e eu acho que o fundo deveria ter uma Lei, alguma coisa de inibir esse pessoal de mandar projetos nos próximos 02 anos, isso aqui é colar na escola, pelo amor de Deus gente, o que é isso? Eu fico com uma vergonha e a minha proposta é a seguinte, que o projeto 160 que é a mesma coisa, e o projeto 167, ainda não foi até o fim, ou se tiver mais algum, que já sejam eliminados agora nesse momento e a gente não perca tempo com esse tipo de proposta, indecorosa.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Temas Transversais", levantem a mão, nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Temas Transversais", levantem a mão. Então o **projeto "Temas Transversais", não foi aprovado por unanimidade.** Agora o projeto 160, que a Mônica se referiu,

Projeto 160:"Temas Transversais".

Instituição Proponente: Associação de Moradores da Gleba do Pêssego.

Duração do Projeto: 06 meses. O restante é idêntico.

Cons. Mônica Borba: É a mesma coisa, e eu acho assim, o 167 é a mesma coisa.

Coordenadora Helena Magozo: Eu tenho que seguir a ordem aqui Mônica só para não nos confundirmos.

Cons. Mônica Borba: Eu sei, mas é que...

Coordenadora Helena Magozo: Quando chegar o 167, nós lemos, registramos, e não se lê a manifestação se assim vocês entenderem, para nós termos uma certa ordem. Então o 160, o texto do objetivo geral é idêntico, a avaliação também é idêntica e pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então vamos para a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Temas Transversais", nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Temas Transversais", levantem a mão. Então o **projeto "Temas Transversais", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 162: "PANDA, Pantanal em Desenvolvimento Ambiental"

Instituição Proponente: Instituto Crescer para Cidadania.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 104.467,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 15.400,00.

Valor Total: R\$ 119.867,00.

Objetivo Geral: Formar cidadãos críticos e responsáveis em relação as virtudes e problemas do seu bairro, promover aos participantes uma compreensão integrada o Meio Ambiente como seres individuais, políticos e sociais relativos a Ecosystema urbano municipal e local tendo como alvo os cuidados com a saúde ambiental, a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Jardim Pantanal e o desenvolvimento da sustentabilidade local.

Síntese da Avaliação: O projeto focaliza uma região de grande interesse para educação ambiental, no projeto não há uma explicitação da quantidade de pessoas atendidas por segmento dessa população, já que são apenas citados grupos de crianças, jovens e adultos, se um dos objetivos específicos é trabalhar com os catadores do bairro, não há indicação de quantos são e da situação atual desse segmento da população, não está definido onde e como serão captados os grupos de crianças a partir de 08 anos, não há carta de anuência de escola da região ou outra indicação que possibilite avaliar se haverá como mobilizar esses grupos, o projeto anuncia o trabalho com grupos de diferentes faixas etárias concomitantemente, sem mensurar nas metas, quantas pessoas de cada faixa e no total serão atendidas, outro ponto frágil da proposta está na ausência de um espaço previsto para o material reciclável que será coletado e de equipamentos para esse trabalho, já que uma das metas é melhorar as condições de trabalho dos catadores e promover geração de renda, a proposta de recorrer LEI PURB após o início do projeto, sem anuência prévia da organização, não possibilita a certeza de que haverá condições para o trabalho previsto, em relação ao orçamento não é explicitado do que se trata na contrapartida o valor referente a logística do projeto, além disso na planilha resumo é colocado uma taxa de administração que não é permitido, finalmente há muitos subjetivos específicos a serem alcançados no período do projeto envolvendo diferentes segmentos da população, mas a metodologia e as estratégias propostas não permitem visualizar como eles poderiam ser alcançados. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender os critérios de seleção do FEMA. Alguma manifestação dos conselheiros? Então vamos para a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "PANDA, Pantanal em Desenvolvimento Ambiental" levantem a mão, nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "PANDA, Pantanal em Desenvolvimento Ambiental", levantem a mão. Então o **projeto PANDA, Pantanal em Desenvolvimento Ambiental", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 163: "Biobairro City Jaraguá, Educando para Transformar"

Instituição Proponente: ECOS do Vitória, Educação e Gestão Ambiental.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 68.784,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.000,00.

Valor Total: R\$ 80.784,00.

Objetivo Geral: Disseminar o conceito de Biobairro como estratégia para o desenvolvimento local apresentando práticas sustentáveis para a geração de trabalho e renda trazendo melhorias na qualidade de vida para os moradores da região.

Síntese da Avaliação da CAV: Não há coerência e clareza no que diz respeito aos objetivos, atividades, benefícios da população focalizada e metas, não apresenta perfil, qualificação e currículos dos profissionais envolvidos e carta de anuência das unidades escolares e de outros órgãos citados no projetos, o cronograma de desembolso difere do valor do orçamento. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por entender que não atende aos critérios de seleção do FEMA. Vamos para a votação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Biobairro CID Jaraguá, Educando para Transformar", levantem a mão, nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Biobairro CID Jaraguá, Educando para Transformar", levantem a mão. Então o **projeto "Biobairro CID Jaraguá, Educando para Transformar", não foi aprovado por unanimidade.** Agora nós vamos partir para os projetos que não estavam previstos de hoje, pauta nova.

Cons. Mônica Borba: Então só para eu entender aqui, o projeto "Boa Praça", que era 164, foi aprovado?

Coordenadora Helena Magozo: É, os que não estão dentro desse intervalo...

Cons. Mônica Borba: Ele foi aprovado na reunião anterior? É isso?

Coordenadora Helena Magozo: Isso, tem só uma pendência que ficou...

Cons. Mônica Borba: E esse agricultura urbana que é 161, também foi aprovado?

Coordenadora Helena Magozo: Também.

Cons. Mônica Borba: Foi aprovado na reunião anterior?

Coordenadora Helena Magozo: Isso, tem os outros das numerações anteriores que foram aprovados que nós temos a relação e depois a única coisa que faltou, que ainda ficou para elaboração dos conselheiros é a resolução sobre o projeto da Associação da Cantareira, a resolução em si, o texto da resolução que não houve consenso e depois nós voltamos.

Cons. Mônica Borba: Ta bom, nós vamos voltar.

Coordenadora Helena Magozo: Porque vai ser necessário um tempo de dedicação dos conselheiros para essa elaboração. Então nós vamos para o projeto 165, nós vamos agora primeiro para os projetos... O 165 também é da vez passada não é Márcia? O 165 então a rigor ele não deveria estar aqui... Não tem importância, vamos ler o 165, só que ele não está naquele critério de primeiros recomendados, porque ele não está recomendado... Ah, entendi... desculpe, a confusão foi minha. Então nós vamos começar pelo projeto 166.

Projeto 166: "Mudanças Climáticas e Educação para o consumo"

Instituição Proponente: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, IDEC.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 99.318,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 14.556,48.

Valor Total: R\$ 113.874,48.

Objetivo Geral: Objetivo geral do presente projeto é contribuir para promoção da mudança dos padrões de consumo e para formação de cidadãos conscientes participativos e críticos por meio da sensibilização de consumidores e capacitação de multiplicadores visando a mitigação das mudanças climáticas em curso.

Síntese da Avaliação: A entidade propõe a promoção da mudanças dos padrões de consumo e formação de cidadãos conscientes e capacitação de multiplicadores, os objetivos, metas, metodologias, planos de atividades estão de acordo com a planilha de custos prevista no projeto. A CAV considera então a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas leis do SISNAMA, na Lei 14887 2009, na política municipal de Meio Ambiente e educação ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática Biodiversidade estabelecida pela resolução CADES 126 de 2009. Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Mudanças Climáticas e Educação para o consumo", levantem a mão. Então o **projeto "Mudanças Climáticas e Educação para o consumo", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 168: "Eco expressões, Educomunicação Ambiental para o plantio consciente na Região do Conjunto Habitacional"

Instituição Proponente: Instituto Ecoar florestal.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 114.420,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.227,28.

Valor Total: R\$ 116.697,28.

Objetivo Geral: Construir coletivamente um olhar crítico sobre as áreas verdes, Parques, Praças, Jardins e arborização do conjunto habitacional José Bonifácio da Cohab, e seu entorno proporcionando as participantes uma compreensão da cidade como um ecossistema.

Síntese da Avaliação: O projeto propõe a construção coletiva de um olhar crítico sobre as áreas verdes do Conjunto Habitacional José Bonifácio, possibilitando a ampliação da percepção dos cidadãos e fortalecendo a prática de plantio consciente e cuidados com o Parque, jardins e árvores. O projeto tem clareza na apresentação e formulação dos objetivos bem como compatibilidade com os princípios e métodos da educação ambiental, a metodologia está bem descrita e o projeto propõe a utilização de ferramentas como educomunicação, biomapeamento, círculos de cultura, o quadro de profissionais é condizente com as atividades propostas, a organização tem experiência adequada, o cronograma de execução está adequado e a contrapartida é satisfatória, a organização prevê um conjunto de parcerias para o projeto, todos com as respectivas cartas de anuência, a única questão para qual foi solicitado o ajuste foi a referente as metas

quantitativas, já que a população da Cohab é muito grande, na reposta do ajuste solicitado, a organização explicitou que um total de 100 pessoas moradoras da Cohab serão diretamente atendidas nas 5 oficinas, serão 3 mutirões com público ampliado a partir da mobilização, indiretamente o projeto deverá alcançar um público maior por meio da exposição fotográfica, edição de um jornal, Blog e publicação final em cd, conforme informado pela organização em carta de 16 de dezembro de 2009. Tendo sido atendidos os ajustes propostos, a CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei do FEMA, na política municipal do Meio Ambiente e Educação Ambiental e o enquadramento na diretriz anual da temática de Biodiversidade estabelecida pelo CADES em sua resolução 126 de 2009. Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Eco expressões, Educomunicação Ambiental para o plantio consciente na Região do Conjunto Habitacional", levantem a mão. Então o **projeto "Eco expressões, Educomunicação Ambiental para o plantio consciente na Região do Conjunto Habitacional", foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 172: "Peabiru, o caminho suave"

Instituição Proponente: Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 106.853,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 12.642,00.

Valor Total: R\$ 119.495,00.

Objetivo Geral: Sensibilizar, mobilizar, conscientizar, informar, divulgar e disseminar a importância da preservação ambiental e do conhecimento histórico.

Síntese da Avaliação: O projeto apresenta grande potencial sócio-ambiental e a população será beneficiada fazendo a releitura de sua história, diante do solicitado pela CAV, a entidade atendeu os seguintes tópicos:

1º Ajustadas as atividades em conformidade com o quadro proposto no item 08, no parágrafo 3º do Edital.

2º Foi revisto o orçamento não extrapolando o valor do Edital. Então a CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei 14887 de 2009, na política de Meio Ambiente e Educação Ambiental e também o enquadramento na diretriz anual na temática de Biodiversidade estabelecida pelo CADES na resolução 126/2009. Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Peabiru, o caminho suave", levantem a mão. Então o **projeto "Peabiru, o caminho suave", está aprovado por unanimidade.**

Coordenador Rubens:

Projeto 175: "Aldeinha, Jardins da Inclusão"

Instituição Proponente: Associação RECICLAZARO

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 97.919,66.

Valor de Contrapartida: R\$ 17.243,56.

Valor Total: R\$ 115.163,22.

Objetivo Geral: Capacitar homens e mulheres da comunidade Aldeinha para implantação da Obra de arte, do artista Jean Paul, em comemoração ao ano da França no Brasil.

Síntese da Avaliação: O projeto é interessante até porque propõe-se em implantar um jardim em área anteriormente ocupada de forma irregular, fato que só trará valorização a região e atuação se dará de forma intersecretarial junto a subprefeitura da Lapa e Secretaria do Verde e Meio Ambiente, tendo em vista que foram considerados, atendidos pela CAV os itens solicitados no ajuste, ou seja, referência conceitual a ação da educação ambiental, apresentação de clareza da área de ação, caracterização, situação inicial no que se refere a comunidade, aos problemas sócio-ambientais e as potencialidades, apresentação do perfil da região do público alvo, identificação da área onde será executada a ação da área pública, contabilidade de atividades com os objetivos, compatibilidade das atividades com objetivos no que se refere a capacitação para inserção no mercado de trabalho, que o orçamento apresenta detalhamento do material e mão de obra que a avaliação do grau de satisfação está a contento e especificada bolsa auxílio. A CAV recomenda o projeto, o projeto se enquadra nas Leis do SISNAMA e nas Leis 14887/2009 na política municipal de meio ambiente e educação ambiental e na diretriz anual do CADES, expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação através da resolução 126 CADES 2009, então vamos a votação.

Cons. Mônica Borba: Eu tenho uma recomendação.

Coordenador Rubens: Por favor, Mônica.

Cons. Mônica Borba: Quando esse projeto foi escrito, nós estávamos realmente no ano passado que era o ano da França no Brasil, hoje gente, tem uma festa na Casa das Caldeiras que é o lançamento de uma parte desse programa, desse projeto Aldeinha. Só é importante assim, eu acho que a gente vai aprovar e tal, mas eu acho importante a secretaria entrar em contato com esse pessoal e ver se isso já não aconteceu, se ele vai readequar para outro espaço, porque o que acontece, demorou tanto tempo para ser aprovado esse recurso, que o projeto em parte já está sendo apresentado, hoje, essa noite, tem uma inauguração desse projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Nós fomos contatados pela entidade para o seu conhecimento, Monica e foi nos informado que os patrocínios de tudo que eles conseguiram, inclusive a parte que hoje vai ser divulgada, é complementar e que eles estavam aguardando a deliberação do CONFEMA, que se não fosse aprovado pelo CONFEMA eles buscariam outras fontes, mas que de fato não é uma parte que está incluída na inauguração de hoje, não foi prevista ainda, eles teriam que buscar outras fontes no caso da não aprovação.

Coordenador Rubens: Então vamos a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Aldeinha, Jardins da Inclusão", levantem a mão. Então o **projeto "Aldeinha, Jardins da Inclusão", está aprovado por unanimidade.**

Coordenador Rubens: Idênticos, só altera a entidade proponente, é então, foi o que a CAV destacou no seu parecer, que esse projeto ele já foi apresentado em outros 05 projetos com o mesmo nome inclusive, por entidades diferenciadas e agora mais esses 03 que são o 159, 160 e o 167, então é o mesmo projeto por diferentes entidades que foi aquela observação que a conselheira Mônica fez.

Rose da CENPLA: É eu acho que a Mônica disse uma coisa bem interessante, eu não sei se é pertinente em relação ao Fundo, mas o Fundo poderia fazer uma carta,

vocês dão uma satisfação para entidades dizendo que não foi aprovado, não é isso? E dizendo até porque as entidades as vezes são entidades tão pequenas e o cara chega lá e quer vender o projeto dele e cobra da entidade dizendo que esse mesmo projeto foi oferecido em outras entidades, até para dizer que o fundo está atento, os técnicos estão atentos, então eu acho que é isso para dizer que apareceu esse mesmo projeto, e esse alguém que está vendendo o projeto para entidade, é bom que ela saiba que ela não vendeu só para essa entidade, mas para outras entidades, acho que é pertinente Mônica, e registrar, porque aí vai estar registrado também no jornal.

Coordenadora Helena Magozo: Normalmente nós mandamos a não aprovação e a entidade tem a prerrogativa de vir consultar e nós colocamos que está a disposição e tal, se for no caso específico eu acho que envolve mesmo uma questão ética, por decisão dos conselheiros nós podemos mandar o parecer da CAV, porque no parecer da CAV está colocado isso, quer dizer que vai ser o parecer do CONFEMA, não é da CAV, é o parecer do CONFEMA, que o CONFEMA endossa da CAV e se for o caso nós podemos mandar, nesses casos essa é a situação, agora já teve alguns que já passaram não é Márcia?

Cons. Mônica Borba: Olha, eu tenho uma sugestão, eu tenho aqui a lista, são 08 projetos no total eu acho que nós temos que esperar a próxima reunião que nós vamos encerrar o ciclo de todos os projetos do FEMA 07, que pode aparecer mais algum ainda, eu acho que o secretário em parceria com o conselho, tem que fazer um... Isso aqui tem que ser algo público, tem que ser colocado na mídia esse tipo de coisa, eu não sei, eu acho uma vergonha isso aqui, eu me sinto assim, eu acho que nós temos que fazer de alguma forma que eles se sintam envergonhados e não... Por que hoje eu me sinto envergonhada pelo 3º setor, que eu atuo no 3º setor, e eu acho que essas instituições é tudo pilantragem, não tem outra palavra para falar, acho que tem que mandar a carta sim para Instituição Pórum e falar que nós não estamos aqui com tempo para perder, porque esse negócio aqui é sério, que isso?

Coordenadora Helena Magozo: Vamos terminar todos que estão nessa condição, porque as vezes nós temos uma outra questão, porque as vezes isso pode estar acontecendo com outros que nós não percebemos, porque o título varia, pode variar a região, mas nesse está flagrante, não tem como nós fecharmos os olhos, porque é o mesmo título, é o mesmo projeto, é o mesmo valor, só estão mudando as entidades.

Rose da SEMPLA: Então, mas Helena, eu acho que só discordo de uma coisa da Mônica, acho que as vezes a organização não governamental, diferentemente da sua Mônica, nas

questões de experiência e expertise, as vezes ela não tem condições de escrever o projeto, ela não sabe escrever o projeto, gente porque só 02 dias que eu vim aqui na reunião e eu vi o quanto de projetos que não se adequam dentro lá do Edital, então eu acho que as vezes a entidade nem sabe que essa mesma consultora, esse mesmo consultor entre aspas, apresentou outros projetos em outras instituições, entendeu? As vezes ela não sabe isso, tudo bem, não pode comprar projeto, mas não é bem assim.

Cons. Mônica Borba: Vocês me desculpem gente, mas eu acho assim que é um pouco passar a mão demais na cabeça do 3º setor, as instituições, ela tem a ver com a comunidade onde ela está inserida, ela pode correr atrás sim de como elaborar projeto, sabe eu discordo, eu acho que eu quero qualificar o trabalho do 3º setor, e esse ah não sei, então não faz, eu não sei tratar uma carie de alguém, eu não trato, escrever projeto também é isso.

Rose da SEMPLA: Então Mônica, mas só para dizer, eu acho que não é passar a mão na cabeça, é dizer sim que esse mesmo projeto foi apresentado em outras instituições exatamente igual o projeto.

Cons. Mônica Borba: Eu acho que tem que citar o nome das outras instituições, porque isso aqui é uma informação pública, eles deram a deixa, porque de alguma forma alguém da instituição...

Coordenador Rubens: De certa forma, eu acho que uma comunicação dessa serve até de alerta para instituições que eventualmente, mas sem a má fé e entraram nisso, e aquelas que entram eventualmente que tenham tido alguma má fé da apresentação de projeto, também já vai ficar ciente de que o conselho e o fundo estão atentos a esse tipo de ocorrência, então isso é importante.

Coordenadora Helena Magozo: Acho que a coisa mais importante, tem muitas decorrências disso, por exemplo, mas a mais importante é que a conveniada é a entidade, daí se exigir que a própria entidade tenha responsáveis e que apresente o projeto, quer dizer conveniado é a entidade, de repente você convenia com uma entidade que não tem menor estrutura para escrever o projeto não tem empoderamento, em relação a esse projeto, porque muitas vezes acho que pode nem saber o que está escrito, quer dizer apresentou por conta do recurso estrito, o recurso é importante, mas não é o fundamento do convêni com uma entidade privada sem fins lucrativos. O fundamento do trabalho mesmo, do apoio que o FEMA, do convênio, o principal elemento é de uma corresponsabilidade das partes que o convênio implica, então estar conveniando com uma entidade que você não tem segurança nenhuma em relação aquilo que ela está propondo, na verdade, é muito sério mesmo, além da questão de princípio.

Cons. Ferrua: Eu vou colocar meu ponto a respeito disso, eu concordo inteiramente com a Mônica, mas eu vou mais além a respeito, eu acho que aparentemente está se montando uma indústria de projetos, o que dá para ver aqui é o seguinte, que existe, isso é uma suposição, existe um consultor que arruma entidades e apresenta projetos, mas ele é tão preguiçoso que apresenta sempre o mesmo projeto.

Rose da SEMPLA: Não tem criatividade,

Cons. Ferrua: Então parece que estão se montando realmente uma indústria, e isso eu concordo inteiramente com a Mônica, isso desvirtua o nosso trabalho, desvirtua inclusive o trabalho do CONFEMA inteiro, realmente isso poderia até se chegar há um caso de polícia, então precisamos mandar alguém atrás para ver o que é que está acontecendo, mas eu acho que bastaria nós mandarmos uma cartinha delicadamente dizendo a eles, olha nós percebemos, em poucas palavras, nós percebemos o seu crime certo, por favor, não faça mais.

Coordenador Rubens: Vamos dar então continuidade para leitura dos projetos, dos não aprovados, então nós paramos no 165, não, 163 não é? É que a Helena levantou o aspecto do 167 que é idêntico aos outros, mas o 165 não foi lido. Então para que não haja confusão na hora da votação, porque nos não recomendados nós fazemos a votação quem é a favor e quem é contra, então eu vou perguntar quem é a favor levante a mão e quem é contra permaneça como está, caso seja unânime os conselheiros não precisariam estar levantando a mão.

Projeto 165: "Ciranda de Sabores e Saberes, Fase 2"

Instituição Proponente: Instituto ARYRAN, Instituto de Desenvolvimento Humano Cultural e de Meio Ambiente.

Duração do Projeto: 07 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.990,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 11.997,00.

Valor Total: R\$ 119.987,00.

Objetivo Geral: Promover um ciclo de oficinas para capacitação de multiplicadores, educadores, bibliotecários e artistas em realizar eventos de sensibilização e mobilização para a população em geral, envolvendo educação para a sustentabilidade ambiental, ética, consumo responsável e cultura de paz.

Síntese da Avaliação: O projeto não articula objetivos, metodologia e conteúdos, não está claro o formato metodológico por não atender o solicitado em Edital, no quadro de atividades não explica com detalhes a metodologia que será utilizada, base teórica e abordagem, e não aprofunda os conteúdos a serem desenvolvidos, elas não estão colocadas de forma genérica, na atividade 02 não fica claro a metodologia do trabalho rede social "Ciranda de sabores e saberes" e não escreve o formato e o funcionamento da rede internet, além disso não fica claro o público alvo, na atividade 04 propõe a produção de material didático, o que não está evidente na metodologia, não apresenta carta de apoio da biblioteca ou de órgãos responsáveis por seu funcionamento. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Algum comentário? Não? Então vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Ciranda de Sabores e Saberes, Fase 2", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Ciranda de Sabores e Saberes, Fase 2", permaneçam como estão. Então o **projeto "Ciranda de Sabores e Saberes, Fase 2", não foi aprovado por unanimidade.**

O projeto de nº 167 o texto é igual aos outros, é o projeto "Temas Transversais", eu vou citar só o nome da instituição proponente.

Projeto 167: "Temas Transversais"

Instituição Proponente: Instituto Guarai.

Duração do Projeto: 06 meses.

O texto do relatório é o mesmo dos outros projetos com o mesmo título e por deliberação desse conselho nós vamos votar só por uma questão burocrática, porque os projetos estão sendo votados individualmente, mas eu não vou ler o texto integral do parecer. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Temas Transversais", apresentado pela instituição Instituto Guarai, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Temas Transversais", apresentado pela instituição Instituto Guarai, permaneçam como estão. Então o **projeto Temas Transversais**, **apresentado pela instituição Instituto Guarai, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 169: "Eu cuido do Geraldão e de muito mais"

Instituição Proponente: Entidade de promoção Assistência Social, Espaço Aberto.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 108.640,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 14.600,00.

Valor Total: R\$ 123.240,00.

Objetivo Geral: Instigar as famílias vizinhas ao Geraldão, quanto a situação do córrego para que juntas com o poder público encontrem soluções para poderem obter uma melhor qualidade de vida, relacionada as questões de reciclagem e diminuição de uso das reservas naturais, reaproveitamento de alimentos e instalação de horta doméstica, higiene e prevenção de doença.

Síntese da Avaliação: O projeto parece interessante porém:

- 1- A entidade não apresenta experiência em projetos de educação ambiental conforme solicitado no Edital, embora tenha experiência em atendimento sócio educativo.
- 2- A entidade não apresenta carta de compromisso/carta anuência das instituições parceiras citadas.
- 3- A entidade propõe 5 subprojetos, porém não especifica e nem quantifica a população focalizada e faixa etária e qualificação dos profissionais envolvidos.
- 4- A entidade não apresenta equipe técnica responsável pelo projeto.

5- Quanto ao orçamento, a entidade solicita pagamento de profissional administrativo o que não é financiado pelo Edital do FEMA.

6- Por não apresentarem a equipe técnica, fica comprometida a análise sobre pagamento de horas/educadores, sobre atividades e sobre projetos, o projeto extrapola o valor de R\$ 120.000,00 financiados pelo FEMA. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então vamos a votação, os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Eu cuido do Geraldão e de muito mais", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Eu cuido do Geraldão e de muito mais", permaneçam como estão. Então o **projeto "Eu cuido do Geraldão e de muito mais", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 170: "Mananciais das Artes"

Instituição Proponente: Associação de Pais e Mestres da EMEI Chácara Sonho Azul.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.083,16.

Valor de Contrapartida: R\$ 10.800,00.

Valor Total: R\$ 117.883,16.

Objetivo Geral: Revelar os potenciais das crianças, adolescentes e jovens para arte, a conscientização e respeito pelo Meio Ambiente almejando uma atitude ativa em relação ao meio em que vive, trabalhar com as linguagens da arte, música, dança, teatro, artes plástica e noções de história da arte, no sentido de expressar a natureza e o Meio Ambiente, mostrando as relações possíveis entre esses 02 universos, estudar a biorregião em que está localizado o Distrito do Jardim Ângela.

Síntese da Avaliação: O projeto visa trabalhar com as linguagens da arte ,através da construção de instrumentos de percussão e desenvolver a relação entre a arte e a biodiversidade em conjunto com a EMEI Chácara Azul, é um projeto da Associação de Pais e Mestres da EMEI e da própria escola, cuja contrapartida apresenta um valor de R\$ 12.000,00, uso das salas, som e datashow, corresponde ao espaço físico e uso de material permanente da EMEI, que é um equipamento educacional público e também sua parceira no projeto, por outro lado não deixam muito claro como vai se dar na prática a relação entre a arte e a biodiversidade. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então vamos a votação, os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Mananciais das Artes", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Mananciais das Artes", permaneçam como estão. Então o **projeto "Mananciais das Artes", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 171: "Ação Cidadania e Comunidade"

Instituição Proponente: Instituto Social Santa Lucia.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 120.000,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 10.000,00.

Valor Total: R\$ 130.000,00.

Objetivo Geral: O projeto "Ação Cidadania e Comunidade", tem como objetivo geral promover o desenvolvimento local sustentável por meio de ações de educação ambiental, visando a melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da comunidade do jardim Canguara.

Síntese da Avaliação: O projeto pretende formar líderes comunitários em educação ambiental para o desenvolvimento sustentável local, todavia não apresenta carta de anuência do CRAS, do M'Boi Mirim, solicita em seu orçamento materiais de consumo com cálculos incorretos, assim como pretende adquirir 04 notebooks e ao mesmo tempo inclui na sua contrapartida computadores para o mesmo fim, na sua contrapartida verificamos que cita recursos humanos, materiais de consumo, espaços físicos, equipamentos, materiais permanentes, sem o devido detalhamento no quadro correspondente. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Então vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Ação Cidadania e Comunidade", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Ação Cidadania e Comunidade", permaneçam como estão. Então o **projeto "Ação Cidadania e Comunidade", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 173: "Multiplicarte"

Instituição Proponente: AEB, Associação Evangélica Beneficente.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 99.221,00.

Valor de Contrapartida: R\$ 16.300,00.

Valor Total: R\$ 115.521,00.

Objetivo Geral: Desenvolver um trabalho de sustentabilidade com 30 adolescentes, de 15 a 24 anos, com altíssimo índice de vulnerabilidade social, moradores do distrito do Jabaquara, Cidade Ademar, Cursino, Saúde e Jardim Campanário em Diadema, tornando-os agentes multiplicadores na prática da disseminação das informações e na execução de ações educativas promovendo educação ambiental na comunidade do entorno e nas instituições parceiras atingindo aproximadamente 17.030 pessoas.

Síntese da Avaliação: O projeto tem como objetivo desenvolver um trabalho de sustentabilidade com 30 adolescentes, um alto índice de vulnerabilidade social, porém está proposto de forma evasiva e pouco clara, a proponente não apresenta os objetivos específicos propostos pelo anexo 01 do Edital, não atendendo portanto a exigência contida no mesmo, a metodologia é superficial, falta de articulação e clareza no desenvolvimento das atividades, além disso o projeto não apresenta carta de anuência das parcerias envolvidas, o plano de atividades não está elaborado conforme proposto no Edital. Pelo

acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender os critérios de seleção do FEMA. Vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto Multiplicarte”, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto Multiplicarte”, permaneçam como estão. Então o **projeto Multiplicarte”, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 174: “Educando para o futuro”

Instituição Proponente: Associação Beneficente Todos Unidos por um Futuro Melhor.

Duração do Projeto: Não tem cronograma de atividades.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 18.692,82.

Valor de Contrapartida: Não informada.

Valor Total: R\$ 18.692,82.

Objetivo Geral: Despertar a conscientização e respeito do Meio Ambiente e da importância da sua preservação, visando o desenvolvimento sustentável sócio ambiental, estimular a mudança prática de atitudes e a formação de novos hábitos, com relação a utilização dos recursos naturais, favorecendo a reflexão sobre a responsabilidade ética de nossa espécie, como fauna, flora, vegetação nativa, horta comunitária, manancial e espécie nativa auxiliando para que a sociedade possua um ambiente sustentável.

Síntese da Avaliação: O projeto tem incompatibilidade entre alguns de seus próprios itens, no item objetivo geral são colocados, despertar a conscientização a respeito do Meio Ambiente e da importância da sua preservação visando o desenvolvimento sustentável sócio-ambiental, estimular a mudança prática de atitudes e formação de novos hábitos, mais a frente, o objetivo do projeto é descrito como conscientizar e sensibilizar a comunidade para formação de lideranças sobre a importância dos desperdícios dos recursos naturais, formando reuniões através da agenda 21, as atividades são descritas apenas como palestras e reuniões com a comunidade, não há determinação e nem notificação da população focalizada, mas apenas o local do projeto, Parque das Águas, Jardim Quênia 02, Itaim Paulista, não há indicações sobre o conhecimento da região e da população, não há cronograma financeiro, não foi destinada nenhuma contrapartida, a proposta de avaliação é tão vaga quanto a descrição do público a ser focalizado. Pelo acima exposto a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA. Vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto...
Mônica você quer falar alguma coisa?

Cons. Mônica Borba: Eu quero.

Coordenador Rubens: Desculpe, eu já ia para votação.

Cons. Mônica Borba: Eu vou te falar, eu acho um desperdício de tempo nós lermos tudo isso, a pessoa nem mandou nem cronograma, eu acho que tem coisas que nós precisamos otimizar o nosso tempo aqui, porque nós não podemos ficar correndo nessa burocracia, eu acho que tem esse aqui em especial, não tem cronograma, não tem contrapartida, porque que tem que ler tudo isso?

Coordenador Rubens: Na verdade a leitura é importante para deixar claro e para esclarecer os conselheiros dos motivos da não aprovação.

Cons. Mônica Borba: Mas olha só, nas 04 primeiras linhas nós já podíamos ter decretado que não e ponto final, eu acho que o nosso tempo aqui ele é muito precioso e isso para mim é jogar tempo no lixo.

Coordenador Rubens: Eu entendo Mônica, mas é importante.

Coordenadora Helena Magozo: Olha Mônica, vocês recebem esse material e também na integra quando vocês chegam, se tem algum projeto que vocês já acham que tem elementos suficientes para se deliberar, vocês colocam então esse projeto, e vocês assumem isso, nós não podemos, entendeu? Nós não podemos estar assumindo isso, agora vocês como conselheiros motivam o porque disso.

Cons. Zânia: Um registro inclusive de solicitação do próprio CONFEMA em várias vezes foi pedido para registrar, chegava aqui aprovava ou desaprovava sem saber porque, então essa foi uma solicitação do próprio conselho para que houvesse um registro e ficasse colocado aí o motivo da desaprovação ou aprovação, até porque Mônica, várias vezes em função até do que está colocado nesse parecer, o conselho se ressurgiu contra a decisão da própria CAV, então eu acho que não é supérfluo tem que manter o registro.

Cons. Ferrua: Eu acho que tem alguns projetos que já chegam aqui, totalmente deformados, tem vícios de origem, é impossível ser aprovado um projeto que não tem cronograma de atividades e que não informou a contrapartida, no caso aqui a Mônica quer dizer o seguinte... Não atende.

Coordenadora Helena Magozo: Eu posso falar uma coisa? Deixa eu falar uma questão administrativo jurídica, deixa eu falar que é bom esclarecer, o que acontece, sempre o que nós estamos fazendo, porque nós agora, partindo assim que se leu o relatório da CAV e o CONFEMA aprova, nós estamos partindo do pressuposto que o CONFEMA acorda está se subsidiando no relatório e tem essa motivação, está endossando essa motivação, o não aprovar está também motivado, sempre precisa ter uma motivação, então pode ser que isso seja o suficiente, agora ter mais elementos para a motivação do CONFEMA em qualquer situação em que nós tenhamos que responder por isso, é mais prudente, a Mônica fala é burocrático, mas isso como a Zânia falou foi pedido em muitas vezes, o que tem sido feito é uma síntese da avaliação, não é avaliação completa que vocês tem acesso, por internet ,está no processo. Então eu não sei, eu acho que é para se pensar nessa questão, quando tudo vai bem e não há decorrência, mas em qualquer interpelação o conselho está muito mais subsidiado, quando diz olha nós nos baseamos nesse parecer integral ou o projeto não tem estrutura, não tem cronograma financeiro, para mim já é insuficiente, então essa é a motivação do CONFEMA, tudo bem, é só uma questão do CONFEMA assumir entendeu, claramente.

Cons. Mônica Borba: Tudo bem, mas eu só queria, por exemplo, nós quando fazemos a Ata, a Ata basicamente é bastante leitura de tudo que está aqui, essa síntese de avaliação na verdade elas estão sendo redigidas por um técnico, por uma equipe, então gastou um monte de tempo, um monte de horas, tal escreveu, aí chega aqui, nós lemos de novo, aí escreve tudo de novo que alguém já fez isso, eu fico pensando assim na... Vocês lêem na integra então?

Coordenador Rubens: Não, isso aqui é uma síntese do relatório que consta do processo, o relatório da CAV é mais detalhado até.

Cons. Mônica Borba: Aí pega uma pessoa de novo para pegar nossa fala aqui e escrever de novo, sendo leitura ou não, são vários serviços refazendo a mesma coisa, eu entendo tudo isso, porém no próximo que eu ver isso eu vou breçar, porque eu acho que tem coisa que não dá para nós ficarmos aqui.

Coordenador Rubens: Nós já procuramos algumas outras formas de fazer isso, Mônica.

Cons. Mônica Borba: Manda em anexo essas planilhas, esses textos que vocês nos mandam também para não ter... A pessoa de repente ela poderia só registrar um pouco do que nós estamos falando, das orientações dos problemas, mas não de novo ela redigir tudo que vocês lêem, eu acho isso uma perda de tempo, recursos financeiros.

Coordenador Rubens: Tem um detalhe Mônica, as Atas...

Cons. Mônica Borba: Esse é a coisa da burocracia dos advogados que eles inventaram, não é?

Coordenador Rubens: As atas das reuniões são documentos que eventualmente em um questionamento, seja por um órgão fiscalizador, ou sei lá, um Tribunal de Contas, um Ministério Público, eles servem como documentos das discussões, das ponderações do conselho, então um mal necessário, não tem...

Cons. Mônica Borba: Nenhum mal é necessário, não existe isso para mim. Então vamos falar a palavra correta, é um bem necessário.

Coordenador Rubens: Mas é necessário de qualquer forma sendo bem ou mal, nós precisamos ter isso documentado e esse registro é uma forma de documentação.

Coordenadora Helena Magozo: E mais que isso Mônica, eu sempre entendi que isso foi colocado como a Zânia falou, como um desejo do conselho, muitas vezes quando não acontecia o conselho criticou.

Coordenador Rubens: Até porque Mônica, em outros momentos nós procuramos...

Coordenadora Helena Magozo: Aí nós vamos gastar mais tempo, porque nós temos que ver se todos os conselheiros endossam, nós vamos, nós temos a liberdade...

Cons. Mônica Borba: Esse projeto foi demais, eu só queria retomar em relação aos projetos "Temas Transversais",

Coordenador Rubens: Foi gritante.

Coordenador Rubens: Não, nós não voltamos, é que nós paramos para fazer os comentários. Então vamos a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Educando para o futuro", levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Educando para o futuro", permaneçam como estão. Então o projeto "Educando para o futuro", não foi aprovado por unanimidade. Então os projetos que estavam previstos para essa reunião terminam aqui.

Coordenadora Helena Magozo: Então, eu queria só passar uma informação para vocês, nós temos aqui atualizados todos os projetos aprovados até a última reunião, então nós vamos passar por e-mail para vocês, então toda relação garante aquela necessidade sua de informação Mônica, então tanto do 06 e do 07 aqui estão atualizados até a última reunião, depois só para dar uma perspectiva do nosso planejamento, nós temos então mais...

Cons. Mônica Borba: Do 06 acabaram?

Coordenadora Helena Magozo: Não, nós temos ainda do 06, lembra que eu falei, nós temos 03 projetos se eu não me engano que foi pedido complementação, eu preciso me situar se eles voltaram para votar e faltam esses ainda para deliberação e do Edital 07 faltam 09 projetos para avaliação, mais 02 que estão com a Rose Inojosa para votar no conselho, para deliberação e está pendente aquela questão da resolução que foi aprovado, só está faltante a resolução da Associação Cantareira, então isso é só para nós termos um panorama de onde nós estamos em relação aos Editais.

Cons. Mônica Borba: Eu queria uma informação.

Coordenadora Helena Magozo: É o N°106 da Associação Cantareira que foi deliberado, foi aprovado, na última reunião só faltou, pela especificidade, a questão da redação da resolução.

Cons. Mônica Borba: Bom, eu queria uma informação quanto ao Edital 08, quantos projetos foram apresentados.

Coordenadora Helena Magozo: Mônica, eu não tenho aqui em mãos, eu te trago aqui na próxima reunião ou te informo por e-mail.

Cons. Mônica Borba: Eu gostaria de não só a quantidade, mas qual é a previsão de nós começarmos a receber esses projetos e quantas reuniões serão necessárias para nós estarmos acompanhando, eu gostaria de saber o período que nós vamos atuar.

Coordenadora Helena Magozo: É isso, então eu só pediria para vocês ficarem um pouco mais para a questão da redação e discutir a redação da resolução do projeto já aprovado da Associação Cantareira e nós voltamos na próxima reunião aqui mesmo, porque ainda na semana que vem nós estamos com a sala da Secretaria ocupada para atendimento da inspeção veicular. Muito obrigada a todos e a todas.